

NÓS DE FURNAS

Boletim Oficial da Associação dos Empregados de Furnas – Nº 012 – 04/06/2018

AINDA TEM MUITA LUTA!

VENCEMOS A BATALHA NA MP 814 E VAMOS SEGUIR FIRMES ATÉ O FIM!

Trabalhadores de Furnas,

Na última sexta-feira (01/06) expirou a validade da MP 814/2017 que no seu texto inicial incluía a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização e na sua última versão de relatório aprovada pela Comissão Mista, trazia vários novos artigos que tornavam a privatização da Eletrobras muito mais viável e atrativa. A luta para derrubar a MP se deu desde a publicação no fim de dezembro de 2017. Com muito trabalho, uma luta firme e incessante, conseguimos junto com as entidades que também estão engajadas no trabalho no Congresso, participar ativamente desta verdadeira força tarefa apoiando os parlamentares da oposição até a MP sair da pauta. Em um período de tanta pressão, devemos sim comemorar e muito esta vitória! Mas sem esquecer que o nosso objetivo principal que é sepultar em definitivo a tentativa de privatização da Eletrobras ainda não foi alcançado. É importante que não caiamos nas retóricas excessivamente otimistas. A empolgação é compreensível, mas é nosso dever enquanto entidade representação, manter a vigilância firme, o alerta máximo, pois quando falamos de privatização da Eletrobras, ainda são muitas “**bombas a serem desativadas**”. Seguem algumas para que se tenha uma noção mais clara do nível de risco que ainda corremos:

- **PL 9463/2018:** modela a privatização da Eletrobras. Presidente da Comissão acabou de pedir extensão da Comissão por mais 10 sessões. Deixar este PL hibernando já com o relatório pronto e oriundo de uma **Comissão Terminativa** (possibilidade de ser votado diretamente no Senado) é extremamente arriscado;
- **PL 1917/2015:** trataria especificamente da “portabilidade na conta de luz” e estava adormecido (esse status reforça a importância de dar um fim ao PL 9463/2018 para evitar surpresas futuras). O PL 1917/2015 voltou à pauta e teve tramitação relâmpago. Com apenas duas audiências públicas (22/05 e 29/05) onde participaram ativamente as várias Associações de geradores, comercializadores, grandes consumidores, etc..., teve o relatório publicado dia 30/05/2018 com a inclusão do texto final da **CP 33/2017 (MME)**, aquela mesma que fala na **descotização** das usinas cotizadas na MP 579 (6 usinas de Furnas e 8 da CHESF) com a **condição de que sejam privatizadas**. Alerta máximo, pois essa pode ser a próxima estratégia!
- **Decreto 9188/2017:** permite a venda de ativos de estatais e é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF e Projeto de Decreto Legislativo no Congresso Nacional;
- **Decreto 9351/218:** inclui a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (caso o Congresso aprove o PL 9463/2018) e autoriza estudos e contratação de serviços para a Privatização da Eletrobras;
- **Edital do BNDES:** para **contratação dos serviços** necessários para estruturação e definição do modelo de desestatização da Eletrobras, por meio de oferta pública de ações;
- **Portaria do MME:** criou cinco grupos de trabalho para prestar apoio técnico e acompanhar o processo de privatização da Eletrobras. São eles: **Comitê de Liderança, Comitê Executivo, Modelagens e Estudos, Cálculo de Outorgas e Acompanhamento Jurídico**;
- **Novo projeto de Lei para Privatização das Distribuidoras:** na última sexta (01/06) o governo encaminhou ao Congresso um Projeto de Lei específico para privatizar as **distribuidoras**;
- **CPPI:** o Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (**CPPI**) também publicou uma série de documentos protocolares objetivando ir até o fim com a privatização da Eletrobras.

Por tudo isso é que reforçamos a nossa postura conservadora e vigilante. Já que analistas experientes na agenda política avaliam que 2019 será um ano propício a reformas com o respaldo das novas eleições. Os maiores interessados na privatização da Eletrobras farão de tudo para conseguir êxito de alguma forma ainda em 2018 por receio do resultado das eleições. Mesmo que não consigam a pulverização de capital, podem tentar a venda de ativos prevista na CP 33/2017 (MME) e que aniquilaria a nossa capacidade operacional. O fato é que vivemos um momento peculiar na história de nosso país, onde não temos o direito de relaxar. A luta contra a Privatização sempre foi e será árdua e deve seguir sem trégua. É nosso dever manter a mobilização, pois se chegamos até aqui foi porque a nossa resistência prevaleceu. E que continue desta forma, pois não há outro caminho! **#templuta**